

ENQUANTO CHILE VENDE EDUCAÇÃO, PIÑERA TENTA COMPRAR OS ESTUDANTES

Por Alexandre Bazzan,
Gustavo Monteiro Fantinatti
e Pedro Jorge Ferrari

Apesar de eleições “democráticas”, a herança da política de Pinochet ainda dá as cartas do lado de lá dos Andes

Recentemente estive no Brasil a estudante chilena, Camila Vallejo, para participar da marcha encabeçada pela UNE e que pedia a utilização de 10% do PIB brasileiro na educação. As chamadas das notícias diziam que “a musa dos protestos chilenos” havia participado da marcha em Brasília. Uma pessoa um pouco mais desavisada poderia pensar, “mas que protestos?”, afinal toda a questão dos estudantes do Chile não tem sido muito noticiada por aqui.

Desde maio deste ano acontecem manifestações por todo o Chile. Tudo começou com os universitários que pedem universidades públicas gratuitas, além do fim das provas de seleção, que funcionam como um vestibular.

A luta dos universitários foi engrossada pelos estudantes secundaristas que passaram a ocupar colégios por todo o país, segundo o jornalista Fábio Nassif de Souza que está no Chile cobrindo as manifestações, são 40 universidades e 400 colégios ocupados por todo o país até agora. Uma das reivindicações dos estudantes de segundo grau é o fim da municipalização das escolas. Ainda sob o comando de Augusto Pinochet, o Chile aprovou a *Loce* (*Ley Organica Constitucional de Enseñanza*), que passava a responsabilidade do ensino público para as prefeituras. O ex-professor do Departamento de Jornalismo da PUC-SP, Jorge Rafael Renard, explica que “a municipalização foi um desastre, porque antes o Estado distribuía uma verba homogeneamente e tinha um controle de qualidade porque havia professores qualificados do Estado”.

Os estudantes de segundo grau já haviam feito um protesto durante a gestão da presidenta Michelle Bachelet, que ficou conhecido como a “revolta dos pinguins” em alusão aos uniformes utilizados por esses estudantes. Na época, o fim da municipalidade já era exigido, mas com o direcionamento do atual presidente Sebastián Piñera para a privatização da educação, a situação se tornou insustentável e as manifestações se tornaram muito mais numerosas e contundentes. A resposta do governo também não foi pacífica e a intervenção violenta da polícia nas diversas marchas pelo país, principalmente em Santiago, só fez aumentar a adesão aos protestos.

As passeatas levaram às ruas das principais cidades chilenas mais de quatrocentos mil cidadãos comuns, estudantes e professores para manifestarem seu descontentamento com a situação do sistema educacional do país. Entretanto, desde o início dos protestos, o governo e a imprensa local vêm tentando minimizar a situação, ao afirmar que os responsáveis pelas mobilizações são uma minoria de insatisfeitos.

Em uma demonstração de desprezo para com as atitudes dos manifestantes, o ministro da Educação, Joaquín Lavín, determinou que as escolas tomadas pelos estudantes antecipassem suas



Sebastián Piñera (à esq.)



Camila Vallejo

Liderança de Camila Vallejo, de 25 anos de idade, participação em massa de estudantes e trabalhadores e pequena popularidade do presidente Sebastián Piñera retratam onda de grandes movimentos no Chile

férias de meio de ano e ameaçou acrescentar um período de aulas em janeiro para quem não cumprisse com sua medida e não parasse de protestar. Essa intransigência quanto às exigências dos estudantes resultou em paralisações e ocupações de instituições de ensino, assim como greves de fome, por todo o país, até o fechamento desta reportagem eram 33 estudantes que completaram 50 dias sem comer. Muitos desses grevistas tiveram seu estado de saúde extremamente prejudicado, considerando-se que existe uma grande quantidade de adolescentes, algumas sequelas são irreversíveis para esses jovens.

Em meio a estes acontecimentos, o governo Chileno resolveu se manifestar, propondo negociações para cessar os protestos, sendo uma das medidas, a redução dos juros de empréstimos do Estado, o qual a maioria dos estudantes de escolas privadas usa para pagar seus estudos. Inicialmente era cobrado um valor de 5,3%, porém foi proposta a redução desse valor, após duas tentativas de negociações com os manifestantes, para 2%, o mesmo valor de juros cobrado para as mensalidades das escolas públicas. Outras soluções propostas por Piñera foram uma rígida fiscalização quanto ao cumprimento da lei do “fim do

Vende-se educação(desde que pague bem)

No Brasil a situação não é muito diferente, segundo indicadores do IBGE de 2007, "mais da metade dos estudantes que frequentam o ensino superior na rede pública (54,3%) pertenciam aos 20% mais ricos. A pesquisa do IBGE revela também que o rendimento das famílias tem grande influência no acesso e permanência das crianças e jovens na escola". Não bastasse a distribuição desigual dos estudantes nas universidades públicas, os atuais programas do governo ao invés de aumentarem as vagas nessas universidades, acabam financiando escolas privadas, promovendo a mercantilização do ensino. O estudante brasileiro que não consiga ser aprovado em uma universidade pública e queira se arriscar em faculdades privadas tem duas opções: a primeira seria o ProUni que contempla estudantes que tenham uma renda familiar menor que um salário mínimo e meio por pessoa com bolsa integral, ou 50% para estudantes com renda familiar de até 3 salários mínimos por pessoa; a segunda opção seria o Fies, mas aí o candidato tem que encarar um financiamento parecido com o que os chilenos são submetidos, a diferença é que proporcionalmente os juros chilenos são mais salgados.

As dificuldades do Fies – Para entender um pouco mais sobre os financiamentos nacionais, convidamos o estudante de jornalismo da PUC-SP, Alexandre Maciel, para nos explicar as burocracias e dificuldades que um estudante enfrenta no Brasil para conseguir estudar.

Abaixo, o depoimento dele:

"Até o ano passado qualquer pessoa que estivesse matriculada em ensino superior privado podia aderir ao programa, ou seja, você se matriculava pagava a matrícula – que corresponde à primeira parcela de mensalidade –, e quando abrisse o período de inscrição (entre abril e junho) o estudante se dirigia até a Caixa Econômica e realizava a inscrição. Na inscrição o estudante decide se ele quer ser financiado integralmente (100%) ou em determinada porcentagem "apenas", ao início da utilização é que é devolvido o valor da matrícula, total ou correspondente à porcentagem escolhida.

A partir da metade de 2010, o programa passou a ser aberto em tempo total, quer dizer, a qualquer momento o estudante pode solicitar o financiamento. Os juros também reduziram de 6,5% para 3,4%.

Outra mudança, porém (ainda mais) absurda, é que a partir deste ano, para conseguir o financiamento têm de ter realizado o Enem. Obrigam o estudante a prestar um teste para conseguir este financiamento.

Para conseguir o financiamento o interessado tem de possuir um ou mais fiadores, também é possível entrar pelo programa por meio do Fies solidário, onde há um grupo de estudantes e um se torna fiador do outro. O fato é que nenhum pode estar com o nome negativado.

Feito o contrato com a Caixa, o estudante tem de ir até a CPSA (Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento) validar a inscrição. Explicando melhor, depois de passar por toda a burocracia antes citada, a IES (instituição de ensino superior) tem o direito de deliberar se o estudante pode ou não participar do financiamento. Nunca fiquei sabendo de algum caso em que o estudante foi barrado por algum motivo não burocrático (não atender o requisitos etc.), mas o que quero chamar atenção aqui é que as regras do Fies dão liberdade à instituição aceitar ou não o aluno. Isso dá abertura para muitas coisas, como, por exemplo, negar a entrada do estudante se, por algum motivo, a administração não considerar lucrativa a parceria com o governo federal.

Depois de tudo acertado, o estudante passa a pagar trimestralmente parcelas de R\$50,00 relativas à amortização de juros do período de estudo. O pagamento do financiamento, hoje, se dá após dezoito meses de carência da data de formatura do curso escolhido. Antes, a carência era de seis meses.

O prazo de pagamento é de até quatro vezes o período de curso. Resolve: nosso curso de jornalismo é de quatro anos (48 meses); quando eu começar a pagar, terei como parcelas, até 192 meses (48x4), que dá, exatamente, dezesseis anos para terminar de pagar.

Na PUC querer estudar pode dar processo – Em maio de 2010 realizei minha inscrição no financiamento, mas no momento em que precisei indicar o curso que estou matriculado, percebi que existiam somente as opções "Comunicação Social - Bacharelado (11227)" e "Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda (50500)". Apesar de ter estranhado, não haver a opção "Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo (22396)", indiquei a opção 11227 e finalizei a minha inscrição. No dia seguinte, estive no SAE e conversei com a Idelma Azevedo, Analista de Atendimento Comunitário, e por meio dela fui informado que o curso de jornalismo não está habilitado a participar do FIES. (Vários estudantes de jornalismo da PUC não fizeram a prova do Enade em protesto e por isso o curso não estava disponível para financiamento)

Ocorre que, no último dia 11 deste mês, vendo que não haveria outra solução, entreguei no expediente comunitário o meu formulário para solicitação do financiamento com a opção 11227. Tinha certeza de que seria recusado. No entanto, ocorreu o contrário, foi aprovado e na quarta-feira (16) peguei no SAE o DRI (Documento de Regularidade de Inscrição) para levar na Caixa e dar início ao financiamento. Fiquei em dúvida quanto ao motivo de ter sido aprovado, uma vez que a Idelma disse o contrário. Mas, na situação que me encontrava, correndo contra o tempo, extremamente incomodado com tudo isso e sem perspectivas, resolvi seguir em frente sem questionar.

Contudo, na sexta-feira (18), pela tarde, recebi uma ligação da Idelma pedindo que eu comparecesse no Expediente Comunitário. Ao chegar, ela me explicou que o DRI só foi aprovado por um erro da funcionária que cuidou do meu caso. Ouvi o que a Idelma tinha a dizer, expliquei o meu caso e o motivo de ter tomado a atitude. Ela, ao final da conversa disse-me que iria expor a minha situação para a sua coordenadora. Por volta das 19 horas, em mais uma ligação, a assessora Célia Forghieri me indagou, como expliquei no princípio, se eu havia tomado a atitude por decisão própria, e que se realmente fosse uma atitude deliberada, ela iria abrir um processo contra mim.

Depois de muita dor de cabeça e de alguns professores intervirem, o financiamento acabou saindo.

Hoje, posso ao menos estudar sem me preocupar com a absurda mensalidade de mais de mil e trezentos reais que me seria enviada ao fim do mês, mas não há vantagens palpáveis nisso. Atualmente já acumulo uma dívida efetiva de cerca de R\$ 26.957, em um contrato total de mais de 75 mil reais.

Cada vez que penso nisso sinto uma grande revolta, pois, assim como não há nenhuma vantagem em contrair dívida, eu também não preferiria estar pagando regularmente as mensalidades. Apenas não precisaria estar pagando ou devendo qualquer valor que fosse se algum dia nesse país a educação fosse realmente tratada como prioridade. Triste é entender que nós somos parte de uma minoria que entende os reais motivos de se ter uma educação pública, gratuita, de qualidade e para todos."



lucro", assim como o aumento de 40 para 60% do número de bolsas de estudo disponibilizadas para os mais pobres. Contudo, essas propostas não agradaram aos estudantes chilenos, os quais seguem lutando pela educação democrática, gratuita e de qualidade, já que para estes, "a educação não é mercadoria e sim um direito natural."

No último sábado, dia 3 de setembro, o governo recebeu alguns estudantes universitários para uma negociação. Os estudantes sugeriram que a reunião fosse televisada em rede nacional para que houvesse uma maior transparência, mas o governo não aceitou. Segundo a presidenta da *Fech* (*Federación de Estudiantes Universidad de Chile*), Camila Vallejo, essa primeira reunião foi simplesmente para sentir a disposição do governo em atender as exigências estudantis. A reunião gerou uma passeata com aproximadamente 6 mil estudantes secundaristas para que estes também fossem chamados para as reuniões. Apesar da ausência dos secundaristas, os participantes da reunião deixaram claro que qualquer resolução seria votada em assembleia para que não houvesse cooptação e desmantelamento da causa estudantil.

O ex-professor Jorge Rafael Renard, diz que assim como o Brasil, o Chile também teve presidentes de esquerda e sociais que não fizeram muito para mudar a situação vigente, "no Chile também tem Lulinha", segundo ele o que o Chile vive não é uma democracia, "o fato que há é que nunca houve democracia. As pessoas tem a im-



pressão de que é um país neoliberal, rico e democrático. Primeiro, democrático nunca. Sempre se dizia que era uma democracia imperfeita mas há um poeta chileno chamado Armando Uribe que dizia que isso é uma ditadura imperfeita". O que ocorre, é que apesar da queda de Pinochet e de existirem eleições representativas de tempos em tempos, a constituição vigente no Chile é de 1980, quando a ditadura ainda dava as cartas.

Após quatro meses de manifestações, o governo mantém a posição de que não irá ceder totalmente às exigências dos jovens, principalmente quanto à gratuidade dos estudos.

O endividamento estudantil – O estudante que não possui dinheiro para bancar a própria faculdade, mas possui coragem para encarar a burocracia e os altos juros, têm que assinar uma espécie de promissória com o aval do governo, Jorge Rafael explica que "os juros na Educação chilena são de 6% por ano, é um valor chocante levando-se em conta que a média histórica é de 3%. Esse financiamento fica acumulado para ser pago depois que os alunos se formam. E a maioria necessita de pelo menos 15 anos de trabalho para quitar a dívida. O dinheiro fica tudo nas mãos dos bancos. O Chile foi o pioneiro nesse esquema". Essa característica do neoliberalismo chileno foi implantada no país durante a época da ditadura por um grupo de economistas chilenos, pós-graduados pela Universidade de Chicago,

apelidados de "Chicago boys", que formularam a política econômica do regime Pinochet.

A educação desse estudante já fica prejudicada, uma vez que a partir do segundo ano de faculdade ele já precisa fazer pagamentos a fim de amortizar essa dívida, isso faz com que ele não possa

se dedicar integralmente aos estudos. Após sua formatura essa dívida impede com que ele tenha uma vida normal, afinal com 35 anos de idade, quando uma pessoa normal estaria comprando sua casa própria e provavelmente constituindo família, esse cidadão ainda estará pagando a faculdade.

'Vai cair, vai cair, a educação de Pinochet', gritam os estudantes

A jornalista Bárbara Mengardo (ex-**Contraponto**), que presenciou pessoalmente os protestos chilenos, dá um depoimento sobre o que está acontecendo no país.

'Eu já tinha ouvido dizer que é quase impossível prever quando uma sociedade se levantará em protesto, e que meses antes de grandes mobilizações populares não havia quase nenhum elemento que indicasse o que iria ocorrer. Eu sinceramente não acreditava muito nisso, até que provei Santiago em dois momentos completamente distintos, em um espaço de apenas sete meses.

Minha primeira experiência na cidade foi em janeiro de 2011, quando a conheci durante minhas férias. Em agosto do mesmo ano voltei para lá, e encontrei Santiago convulsionada em manifestações políticas e culturais. Eu não me considero uma viajante, e nunca conheci muitos lugares diferentes, mas posso afirmar com a mais absoluta certeza que nunca estive em um lugar tão vivo.

Para mim, a ideia de ir ao Chile veio de repente. Uma semana após conversar com um amigo também jornalista e ex-aluno da PUC, Fábio Nassif, e descobrir sua vontade de ir ao país, embarquei no avião. Sinceramente, eu não tinha uma noção exata do que estava acontecendo por lá. As informações que chegavam ao Brasil eram poucas, no máximo rendiam uma notinha no pé da página dos grandes jornais, e eu sabia que os dados, números e descrições sobre as manifestações estavam incompletas ou mesmo incorretas.

Uma das primeiras mudanças que percebi entre a primeira Santiago que conheci e a de agora me pareceu um exemplo perfeito do que passava o Chile. A praça em frente ao Palácio de La Moneda, que antes era passagem de moradores e turistas, estava fechada por grades de metal, para que os manifestantes não se aproximassem.

Ironicamente, o local agora restrito aos membros do governo atende pelo nome de Praça da Cidadania.

Com o passar dos dias fui entendendo todas as reivindicações dos estudantes, e minha impressão inicial se confirmou. De fato, os grandes jornais estavam minimizando o tamanho do movimento e omitindo muitas de suas pautas.

Da garota que xerocou o nosso crachá de imprensa ao taxista que nos levou a uma parte mais afastada da cidade, todos estavam cientes das demandas dos estudantes, e a grande maioria apoiava as manifestações. No dia em que chegamos a Santiago o jornal La Tercera, que há meses tentava desqualificar o movimento, publicou uma matéria afirmando que 76% da população chilena era favorável aos protestos.

As mobilizações estavam estampadas nas ruas, e era possível notá-las nos muros, por meio de pichações, lambes, cartazes e stencils que se espalhavam por toda a cidade, e se utilizavam de muita criatividade para passar as reivindicações estudantis a toda a população.

Um stencil pintado na Casa Central da Universidade do Chile, por exemplo, trazia o símbolo de reciclagem, mas entre as setas era visto o rosto do ditador Augusto Pinochet, que governou o Chile de 1973 a 1990, da ex-presidenta Michelle Bachelet (2006- 2010) e do atual presidente, Sebastián Piñera.

O desenho demonstra como é claro aos estudantes que a política de Pinochet ainda está muito viva, principalmente na educação. Não por acaso, uma das principais palavras de ordem entoada durantes as manifestações é *Vai cair, vai cair, a educação de Pinochet*.

As mobilizações fizeram a cidade despertar não só politicamente, mas também culturalmente. Enquanto marchas como a do dia 21 de agosto reuniam um milhão de pessoas nas ruas, diariamente a cidade era tomada por eventos dos mais diversos tipos. De aulas coletivas de filosofia a jornadas de 48 horas de natalação pela educação, eu percebia que todos estavam pensando em como aderir ao movimento de alguma forma.

Logo no primeiro dia em Santiago notamos que os estudantes não eram os únicos mobilizados, ao contrário do que liamos nos jornais brasileiros. Diversas categorias de trabalhadores realizavam greves ou paralisações desde junho, reivindicando melhores condições de trabalho ou demonstrando seu apoio aos estudantes. Era como se os ventos das mobilizações tivessem oxigenado os movimentos sindicais e sociais.

Andando pelo centro de Santiago encontramos um exemplo desse processo. Nos deparamos com um grupo grande de pessoas, que se aglomeravam entorno de um palco, onde se apresentava um grupo de música tradicional chilena.

Era curioso observar o perfil dos que estavam assistindo ao espetáculo. Homens e mulheres de terno, gravata e roupa social batiam palmas animados, cantando o refrão de uma música que dizia *Chile não se vende*. A atividade havia sido organizada pelos trabalhadores do Banco do Chile, que estavam em greve há uma semana, reivindicando um reajuste salarial expressivo.

No período que passei em Santiago, assistir à televisão era algo ao mesmo tempo cômico e revoltante. Os canais abertos, ligados a partidos políticos, governo, Igreja Católica, etc, tentavam a todo custo minimizar as mobilizações, mas como esconder um movimento que tem 76% de apoio popular?

Os canais tentavam, mas não conseguiam encontrar pessoas que tivessem posições contrárias às mobilizações. Uma noite, ao ligar a TV, presenciei um programa hilário. Dois apresentadores chamaram a mãe de um dos muitos jovens que estavam em greve de fome como forma de protesto, e fizeram um link ao vivo com o garoto. A ideia era que a mãe, que estava no estúdio, convencesse seu filho, que estava em seu colégio, a voltar a comer.

Mas qual foi a surpresa dos apresentadores quando a mãe começou a defender a postura do filho, dizendo algo como "Filho, eu sei que a sua reivindicação é justa, porque o Chile deve ter uma educação pública e de qualidade. Se você tiver que ficar em greve de fome para conseguir isso, eu te apoio".

Misteriosamente, houve algum problema no sinal, e o link com o garoto foi cortado.

Outra tática era colocar as matérias sobre as mobilizações no final dos telejornais, o que tornou comum que, em pleno horário nobre, fossem vinculadas reportagens sobre pessoas que roncam, por exemplo.

Eu confesso que quando assisti pela primeira vez um telejornal chileno levei um susto, porque grande parte do horário do programa foi reservado para discutir se um determinado meteoro iria se chocar com a Terra ou não.

Em um primeiro momento me perguntei como, no Brasil, eu nunca tinha ouvido falar desse perigo iminente, mas depois entendi que, se esse meteoro realmente existir, ele deve estar tal qual o jornalismo chileno, muito longe do nosso planeta e da realidade.'

